

**ATA N.º 14/2018:**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2018:**

No dia vinte de junho de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no auditório do Centro Cultural do Poceirão (freguesia do Poceirão), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

**Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:**

**PONTO 1** – Aceitação de doação

**PONTO 2** – Aceitação de doação - Ratificação

**PONTO 3** – Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho - Retificação

**PONTO 4** – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Toponímia - Acertos

**PONTO 5** – Contas Consolidadas 2017

**PONTO 6** – 2.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

**PONTO 7** – Empreitada para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço do Pinhal Novo – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar

**PONTO 8** – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela, a Cáritas Diocesana de Setúbal, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, o Agrupamento de Escolas José Saramago e a Associação "Just a Change"

**PONTO 9** – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela, a Associação Académica Pinhalnovense e o Quintajense Futebol Clube no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo

**PONTO 10** – Palmela Desporto, E.M. – Alterações às Tabelas de Preços para a época desportiva 2018/2019

### **APROVAÇÃO DE ATAS**

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

. Ata n.º 19/2016 – Reunião ordinária de 24 de agosto de 2016 – Aprovada, por maioria, com a abstenção das Sras. Vereadoras Mara Rebelo e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

. Ata n.º 20/2016 – Reunião ordinária de 7 de setembro de 2016 – Aprovada, por maioria, com a abstenção das Sras. Vereadoras Mara Rebelo e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

. Ata n.º 25/2016 – Reunião ordinária de 2 de novembro de 2016 – Aprovada, por maioria, com a abstenção das Sras. Vereadoras Mara Rebelo e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

. Ata n.º 12/2018 – Reunião ordinária de 23 de maio de 2018 – Aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

### **Atos Prévios:**

#### **INFORMAÇÃO:**

- Foi distribuída aos senhores Vereadores e Vereadoras a documentação atinente aos despachos emitidos no âmbito da subdelegação de competências DADO – Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e DAU – Divisão Administração Urbanística);
- Balancete à data do dia anterior e pagamentos autorizados no período que decorre desde a última reunião de câmara até à presente data.

### **DESPACHOS EMITIDOS PELO/A SR./A DIRETOR/A DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

#### **No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração e

Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 06.06.2018 a 19.06.2018.

## **DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

### **No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:**

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 04.06.2018 a 15.06.2018.

## **CONTABILIDADE:**

### **Pagamentos autorizados:**

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06.06.2018 a 19.06.2018, no valor de 2.432.376,17 € (dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e seis euros e dezassete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

## **TESOURARIA:**

### **Balancete:**

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 19.06.2018, apresenta um saldo de 9.153.321,01 € (nove milhões, cento e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e um euros e um cêntimo), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.911.501,46 € (sete milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e um euros e quarenta e seis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.241.819,55 € (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e dezanove euros e cinquenta e cinco cêntimos).

• **Semana da freguesia do Poceirão** - O **Sr. Presidente** refere que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Poceirão decorre de 18 a 22 de junho de 2018.

## **METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS**

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e por último, a Ordem do Dia.

## **SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE POCEIRÃO**

Descreve a programação da semana dedicada à freguesia de Poceirão:

Trata-se de um projeto que tem quase 2 décadas, no âmbito da política de participação cidadã e neste ano encerrou-se este périplo das semanas dedicadas às freguesias no Poceirão. Foi iniciado na freguesia vizinha de Marateca e já percorreram as restantes freguesias do concelho e neste 1º semestre fica encerrado este primeiro momento. Um dos principais objetivos destas reuniões descentralizadas é a oportunidade dos municípios colocarem questões, apresentarem ideias, sugestões e problemas, tanto que, por esse motivo, nestas reuniões, o período dedicado à intervenção do público, embora regimentalmente esteja no final das reuniões, nas reuniões descentralizadas passa para o início.

Relativamente à semana dedicada à freguesia de Poceirão, dá nota do trabalho que foi realizado esta semana. Este projeto visa também, depois de alguns meses, fazer o balanço e o ponto de situação do conjunto de questões e projetos que são dedicados à freguesia e, por isso, os serviços da autarquia procuram nas semanas anteriores atualizar a informação.

A semana começou como habitualmente à segunda-feira, com reuniões internas onde procuraram fazer o ponto de situação de um conjunto de processos. Depois, na terça-feira, durante a manhã, reuniram com o executivo da União de freguesias, na sede da junta e com técnicos/as municipais que estiveram numa reunião muito profícua, na qual foram abordados alguns projetos que estão em desenvolvimento e que vão ter, ainda este ano, o lançamento das respetivas empreitadas.

Refere que a mais significativa, talvez por causa do seu volume financeiro, é a requalificação do polidesportivo do Poceirão, cujo concurso para a obra espera ver lançado ainda este Verão. Trata-se de uma obra que foi candidatada a um programa específico, vai ser financiada pelo Programa Operacional de Lisboa 2020 e está integrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do concelho, numa rubrica específica. Foi por essa razão que conseguiram fundamentar essa necessidade, para esta localidade. Uma candidatura que vai cifrar-se nos 580 mil euros, porque não vai ser uma simples requalificação, mas sim a edificação de um pavilhão desportivo, já com sistemas de climatização, nomeadamente o sistema AVAC e mais algum equipamento que vai dotar o espaço de todas as condições para a prática desportiva. Terá também outras valências de respostas de natureza social à comunidade

ligadas à promoção da Saúde para todas as idades com 2 salas específicas para o efeito, cujo layout está exposto no foyer do Centro Cultural.

Falaram, também, do andamento de obras que foram mais votadas no projeto do “Eu participo” no ano passado, sendo que uma delas foi a do prolongamento da Rua Joaquim Gomes Romão, portanto, da 2ª fase e dá nota que, precisamente esta semana, foi publicado em Diário da República, o concurso para a pavimentação da 2ª fase dessa rua. Sobre a Estrada Municipal 533-1, deram conhecimento à Junta de Freguesia que, enquanto não for possível o financiamento para um concurso mais substancial para a repavimentação, o município irá proceder à pavimentação de pequenos troços, como já fizeram nas Lagameças à saída do Poceirão. Está, também, praticamente a concurso para habilitação e adjudicação mais um troço da municipal 533-1, que será cerca de 450 a 500 metros, no valor de 50 mil euros, entre o início da localidade das Lagameças para o lado do viaduto.

Informa que o Município já fez formalmente a proposta de cedência à GNR do terreno do logradouro da antiga escola primária do Poceirão voltado a poente. Relativamente à instalação do novo posto Territorial da GNR em Poceirão, refere que há cerca de mês e meio, depois de uma audiência com a Sra. Secretária de Estado da Administração Interna, conseguiram que visitasse o atual posto, bem como o Comandante Geral da GNR e o responsável pelas obras de infraestruturas da GNR, para que percebessem as condições que a população e os militares tinham neste posto territorial e depois da intenção da deslocalização do mesmo, porque estavam apressados em arranjar instalações noutra localidade, alugar uma vivenda, uma moradia antiga para lá fazerem obras de adaptação, mas entretanto com o abaixo-assinado, com reuniões com a população do Poceirão e com a opção apresentada pelo município, para já, mudaram de ideias. Portanto, informa que o novo posto territorial já consta no plano de investimentos da GNR para os próximos 4 anos e a questão do terreno é uma mera formalidade e é nisso que estão a trabalhar. Em princípio, ficará na zona central da aldeia, servindo muito melhor a população e também os militares.

Fizeram também um ponto de situação sobre um outro projeto, uma outra candidatura que o município apresentou para um estudo de soluções de transporte flexível em território peri urbano. Na prática é um estudo sobre necessidades de transportes que já foi feito e está na fase de cenários para aprovação, que caracteriza muito bem as necessidades das populações em várias zonas e, em particular nas zonas rurais e dispersas. O estudo aponta para aquilo que o município vem defendendo há algum tempo, ou seja, um vaivém de ligação entre as duas freguesias, uma carreira regular, duas vezes por dia, pelo menos, que percorra toda aquela zona desde a Loja Nova até ao cemitério da Marateca e também uma outra solução de transporte que se chama transporte flexível, transporte a pedido, ou seja, trata-se de um transporte que é requisitado, marcado na véspera e que depois a recolha dos passageiros, seguindo um itinerário que é definido por uma plataforma informática para poupar quilómetros. Esse estudo foi financiado a 50% pelo Programa Operacional de Lisboa 20 20 e também se

integra no Plano Estratégico para a Mobilidade e para o Desenvolvimento Urbano e, nessa medida, depois desse estudo, vão ser colocados num concurso internacional que vai ser feito através da Área Metropolitana de Lisboa até final de 2019, para que existam mais transportes em toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Refere que no dia de amanhã estão programadas mais reuniões, uma com a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, outra reunião com a comunidade educativa, ou seja com representantes da comunidade escolar, para fechar uma candidatura importante, na qual está envolvido o Agrupamento de Escolas José Saramago.

No âmbito das candidaturas a fundos comunitários, dá nota que também estão a trabalhar numa candidatura intermunicipal intitulada "Percurso em Rede para a Inclusão Ativa" que vai procurar disponibilizar algumas respostas de apoio social e até de saúde, nestas freguesias rurais, de uma forma itinerante com recurso a uma viatura especial. É uma candidatura que vão fazer em conjunto com o município de Setúbal e que esperam que depois, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e do pacto da AML, venha a ser aprovada.

Refere que no âmbito destas reuniões e em particular a reunião tida com o executivo da Junta de Freguesia, também foram apresentadas questões ao município. Entre as quais destaca as questões de toponímia, rede viária, de iluminação pública e dos problemas que têm havido com a recolha dos ecopontos. Relativamente a esta questão, aproveita para esclarecer que questão dos ecopontos não é propriamente uma responsabilidade direta do município, mas sim da Amarsul, da qual o município é obrigado a fazer parte e que tem de pagar. A Amarsul, ao invés de terem comprado mais carros e terem investido com os municípios, ao todo 9 municípios do distrito de Setúbal, que pretendiam mais investimentos nesta área, compraram serviços à empresa que é hoje detentora da maioria do capital social, a SUMA, que está a fazer a recolha em vez de ser a própria Amarsul. Apela à Junta de Freguesia e à população em geral, para que continuem a reclamar; o município reclama todas as semanas, porque a Amarsul tem de saber que as pessoas não estão contentes com o serviço, aliás, o preço do serviço vai aumentar e a qualidade é cada vez mais deficitária e está a fazer-se sentir sobretudo nestas duas freguesias de Poceirão e Marateca.

A Junta de Freguesia também levantou questões relacionadas com outras necessidades da população, nomeadamente sobre alguns cortes de árvores, contentores de RSU, a colocação de alguns resguardos, enfim, já têm uma série de trabalho preparado até para responder a uma dezena e meia de reclamações, de pedidos que a Junta de Freguesia apresentou e vão procurar, durante o Verão, deixar esses assuntos resolvidos.

Refere que durante a tarde reuniram com o Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada, que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social vocacionada, em particular, para a prevenção e reabilitação na área da Cardiologia. Considerando a forte incidência de doenças cardiovasculares na população idosa portuguesa e, sobretudo em algumas zonas do país, como

é o caso desta zona, das dificuldades da população aceder a uma terapêutica adequada. Divulga que o Instituto fez um estudo sobre esta zona, na qual há 2 hospitais de referência Montijo e Setúbal, mas onde é difícil obter consultas da especialidade para esta particularidade das doenças cardiovasculares para a terapêutica, seja preventiva ou de recuperação. Enfim, reuniram com este Instituto porque este tem estado a trabalhar com o município na possibilidade de virem a pressionar o Serviço Nacional de Saúde para estabelecer acordos, para que as pessoas que vão ao posto de saúde, possam fazer esses exames com os descontos a que têm direito, ou seja, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, seja na ADSE ou outro tipo de acordos, virem a ter esta resposta no Poceirão.

Posteriormente visitaram a Escola José Saramago, porque neste ano letivo decorreu pela 1ª vez o 10º ano de escolaridade. Tratou-se de um ano experimental e por essa razão, reuniram, não só para fazer uma avaliação de como é que tinha corrido e para confirmar aquilo que têm vindo a defender conjuntamente, que é a necessidade de oferta de outros cursos. Até porque, até ao momento, só têm escolha única, um curso profissional de programador de informática. Portanto, este curso vai continuar, vai ter o 11.º ano de complemento deste ciclo e dá nota que a Escola vai apostar no reforço da oferta e no próximo ano letivo irão estar abertas matrículas para novos cursos profissionais. Para além deste da informática, que vai continuar, terá um curso profissional de técnico vitivinícola, um curso profissional de técnico de apoio à infância e ainda um curso na área de Ciências e tecnologias, para quem deseje continuar com o ensino regular.

Na manhã de quarta-feira, hoje, dedicaram o dia a visitarem algumas obras, particularmente a Rua Constantino Loureiro, para verificar um compromisso que o município havia assumido no "Eu participo" do ano anterior, o asfaltamento da sua 1ª fase com uma obra de pavimentação; a 2ª fase que ainda falta pavimentar, tem um problema complexo, 3 linhas de água que numa confluência, faz um atravessamento de uma linha de água principal e que a Agência Portuguesa do Ambiente exige um projeto muito elaborado, mas que a seu tempo haverá de ser resolvido.

Visitaram também empresas, uma das quais a empresa "Wildbessy", uma unidade agrícola na zona da Asseiceira que está a apostar na produção de framboesa. Salienta que na semana de Quinta do Anjo visitaram 3 empresas que também estão a apostar na mesma produção. Trata-se também de um agrupamento de 3 outras empresas que se uniram para a produção deste fruto, muito procurado nos países do Norte da Europa e, num conjunto de 5 produtores de frutos vermelhos, com quintas na região, criaram o grupo "Seven Berries" num total de 6 hectares de produção; estes projetos foram apoiados pelo PRODEP em 2013 e, felizmente, são daqueles projetos que não desapareceram e que valeu a pena o investimento do Estado e da União Europeia. Foi um investimento na ordem dos 230 mil euros e cerca de 90% da produção do grupo, que ascende a 100 toneladas anuais, destina-se à exportação para o Reino Unido, França e a Alemanha.

Realizaram igualmente uma visita ao Jardim-de-Infância da Lagoa do Calvo, uma obra que foi inaugurada em 2010. Trata-se de um Jardim-de-infância moderníssimo, com 2 salas para 50 crianças, mas que nos últimos anos estava muito complicado para constituir uma turma, porque faltam crianças. Atualmente está a funcionar com 26 crianças e para isso foi determinante um conjunto de medidas que o executivo municipal tomou no anterior mandato e, por essa razão, foram fazer esta visita; reconhecer se efetivamente contribuiu para estancar a perda de crianças naquela localidade. Destaca que o município, ultrapassando as competências que tem para esta área, tomou determinadas medidas, como o prolongamento de horários; no âmbito do apoio à família incluiu o transporte escolar para famílias que tinham dificuldades em levar as crianças, dada a dispersão, estando este transporte a funcionar nas freguesias de Poceirão e Marateca; e o funcionamento do Jardim-de-infância durante as pausas letivas. Enfim, foi um esforço que valeu a pena e esperam ter ali mais crianças no futuro.

Seguidamente visitaram um empreendimento agrícola muito interessante, na zona das Faias, uma exploração que é a maior a nível nacional de ervas aromáticas em modo biológico. É uma quinta que acabou por ficar com a designação de "Aroma das Faias", tem um total de 12 hectares de plantas aromáticas ocupados com cidreira, Lúcia-lima, hortelã, hortelã-pimenta, tomilho, tomilho limão. É uma exploração certificada, porque existem poucas certificadas em modo biológico e os produtos são exportados a 100% para a Alemanha, França, Espanha, onde a qualidade das ervas aromáticas nacionais é muito apreciada. Foi também uma empresa apoiada no âmbito do PRODOR, cujo potencial ainda está em crescimento, mas prevê-se um maior desenvolvimento com os novos investimentos previstos, nomeadamente, na eficiência energética, energia fotovoltaica e criação de uma quinta pedagógica.

Portanto, foi este o início da semana descentralizada dedicada à freguesia de Poceirão e que, naturalmente, também recensearam muitos problemas para resolverem e certamente com as intervenções do público, vão ficar a conhecer outros que querem ver resolvidos.

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

### **Sr. José Pereira (1.)**

Cumprimenta os presentes e refere que já vem sendo um hábito seu acompanhar estas reuniões de Câmara e Assembleias de Freguesia, porque considera que é sempre bom ouvir da



parte do Sr. Presidente que existem novos projetos, novas obras e novas candidaturas e congratula-se por ver esta sala hoje cheia de pessoas, certamente muitas aqui da zona e outras do concelho. É sempre bom e deixa aqui também, uma palavra de apreço às pessoas que vão intervir, que apareçam mais vezes, porque, de facto, nestes locais, nestes lugares conseguem levar a bom caminho, algumas obras que reclamam e com a intervenção da população, também ajuda a autarquia a resolver uma grande parte dos problemas.

Recorda a questão da falta de rede de águas e esgotos num prolongamento de 1700 metros, entre Bairro Margaça, Estrada de Fernando Pó, Rua Florindo Cardoso e a Rua Joaquim Azenha e gostaria de saber se existe alguma evolução sobre este pedido que já foi feito há algum tempo; se já mandaram fazer algum levantamento; se há, de facto, condições para se fazer ou não; porque reside ali muita gente no Poceirão e Águas de Moura ainda sem esgotos e água. Percebe que tem custo elevados, mas considera que faseadamente poderia ser feita essa obra.

Relativamente àquela estrada que sai da autoestrada, sentido Águas de Moura, necessita de uma reparação urgente. Sabe que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, nem da Junta de Freguesia, mas pede, para que intercedam junto das autoridades competentes, porque no estado em que está, pode acontecer ali uma tragédia.

Gostaria de saber como é que está a situação da passagem desnivelada do Poceirão, se já existem novidades, pois já se fala há algum tempo sobre esta variante e já é uma grande necessidade aquela passagem de nível terminar ali.

A sinalização de informação dos Centros de Saúde precisa-se. Já há algum tempo falaram nisto, existem as Unidades de Centros de Saúde, mas não existem placas que informem onde é que estão os Centros de Saúde, nomeadamente a Unidade em Águas de Moura, que está mais escondida.

Em relação à ponte do Zambujal e mesmo sabendo que não é da responsabilidade da Câmara, mas existem ali cidadãos que precisam daquela passagem. Seria importante que se conseguisse condições para poderem circular por ali, o mais breve possível.

Sobre a reorganização das freguesias, gostaria de saber se já tem algumas novidades, para quando a divisão, se, de facto, vai voltar ao normal, a freguesia do Poceirão e a freguesia de Águas de Moura.

Também questiona se existem novidades relativamente à escola de Fernando Pó e sobre a casinha junto à linha. Refere que ouviu falar aqui de alguns projetos dos quais se congratula com eles, mas estão a avançar com alguns projetos e depois há outros, que andam a "prometer" há algum tempo, nomeadamente sobre a promoção do turismo e avançam com alguns e outros vão ficando para trás,

Faz uma chamada de atenção para a estrada de Rio Frio, onde caíram 5 Pinheiros de grande porte, a Proteção Civil deve estar a par dessa situação e foi por sorte que caíram para o interior

da propriedade e acabou por não ser uma tragédia. Andou gente das Infraestruturas de Portugal a limpar os Pinheiros que caíram, mas existem ali outros que podem vir a cair a qualquer momento. Por isso solicita que a Câmara possa interceder junto de quem de direito, para tomar medidas severas relativamente ao assunto, porque poder causar uma tragédia naquela estrada que fica entre o Poceirão e o Forninho.

Informa também sobre a placa que está junto a Aqualva, está num sinal e quem segue de Águas de Moura para o Poceirão tem uma placa a indicar Aqualva para a sua esquerda, mas no sentido inverso, não tem nenhuma, pelo que solicita que coloquem ali uma placa.

Termina, alertando que a iluminação pública, entre a Freguesia de Poceirão e Águas de Moura e, não os contou todos, mas daqueles que conseguiu, estima que são cerca de 130 candeeiros apagados há mais de um ano. Está cansado de fazer telefonemas para quem de direitos, sabe que a Câmara tem feito as démarches necessárias, mas há, se calhar, a necessidade de qualquer dia, terem de fazer um abaixo-assinado à EDP, porque parece que estão a brincar com a população. Portanto, há uma necessidade na iluminação pública nas freguesias de Poceirão e Águas de Moura e a cada dia que passa, vão-se apagando mais candeeiros e ninguém toma medidas.

### **Sr. João Borges do Rosário (2.)**

Cumprimenta os presentes e refere que vem do Pinhal Novo por causa de um abaixo-assinado que fizeram à Câmara sobre a Rua Henriques Domingues Margarido e da Rua Eça de Queiroz. Portanto, na Rua Henriques Domingues Margarido foi colocado um contentor de RSU, com gare feita quando fizeram o levantamento do Bairro e agora esse contentor foi levantado e a gare que pagaram, foi mudada para outro lado. Depois voltaram a pôr lá um contentor que anda sempre de um lado para o outro, ora está na Rua Eça de Queiroz, ora está na Rua Henriques Domingues Margarido. Desde que o Bairro foi feito há 23 anos que o contentor estava naquele sítio e agora, porque há um Engenheiro da Câmara, que para beneficiar uma pessoa e prejudicar quinze ou vinte, tirou de lá o contentor. Já fizeram um abaixo-assinado e trás consigo uma fotocópia do mesmo que queria entregar na reunião. Refere que queriam que o contentor ficasse colocado onde sempre esteve nestes últimos 23 anos e para beneficiar, pede que não prejudiquem os 15 ou 20 que também ali moram. Querem colocar o contentor na Rua Eça de Queiroz por causa de uma senhora de 85 anos que anda apoiada com duas canadianas e que para atravessar aquela rua, cujo trânsito não é assim tão pouco, nem uma passadeira tem para atravessar a rua. Na Rua Henriques Domingues Margarido, o contentor ficava à mesma distância da casa dessa senhora, tem passeio e uma passadeira. Por isso solicita para verem bem estas situações, porque não se justifica e está a prejudicar as outras pessoas.

**Sr. Jerónimo Alegria (3.)**

Cumprimenta os presentes e refere que vinha a esta reunião com a intenção de escutar e não de falar, mas o Sr. Presidente mencionou um nome de umas quantas ruas, que até acha bem, contudo tem pena e talvez por falta de dinheiro, foi prometido em 2008 (salvo o erro) o alcatroamento da Rua João Pedro Monteiro. Passaram estes anos todos e outras ruas têm sido alcatroadas. Não sabe se por causa do trânsito ou de outras prioridades, mas gostava de saber para quando será que aquela rua possa vir a ser alcatroada. De certa forma representa também os vizinhos que residem naquela rua e vem falar por eles todos.

**Sr. Paulo Nunes (4.)**

Cumprimenta os presentes e refere que desde dezembro adquiriu uma pequena quinta em Aqualva de Cima e subscreve inteiramente o que foi dito na primeira intervenção do público em relação à iluminação pública. Refere que tem uma criança com 3 anos, outra com 8 meses e 2 semanas na barriga da mãe e, portanto, está em vias de nascer. A quinta que adquiriu tem um histórico de vandalismo e que só soube depois de a ter adquirido. Desde dezembro do ano passado, foi assaltada 2 vezes. Solicitou e, aproveitou para cumprimentar a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, que ajudasse a intermediar esse processo perante a Câmara para a colocação de duas luminárias. Refere que tem recebido paulatinamente a informação que o processo está encaminhado, mas que não há uma resposta da parte da EDP. Já estabeleceu contatos com a EDP e a resposta é taxativa, referindo que prestam um serviço e que se a informação lhes tivesse chegado, já teriam efetuado essa obra. Este processo dura há cerca de 6 meses e queria partilhar com o Sr. Presidente, a responsabilidade de eventuais danos materiais e morais, a partir deste momento. A situação é pública, e se lhe entrarem na quinta e acontecer alguma coisa à sua família, não irá fazer mais nada do que responsabilizar o Sr. Presidente. Portanto, é só isto.

O **Sr. Presidente** refere que faz muito bem e que “é de ameaças que eu gosto”.

O **Sr. Paulo Nunes** refere que deve entender a sua exposição, não do lado do problema, mas do lado da solução. Refere que estão a uma distância de um telefonema e assim tal como as respostas que lhe foram sendo dadas insistentemente, com a visita do técnico da Câmara que lhe disse “esteja descansado que isto é algo muito rápido”. Portanto, já lá vão 6 meses e neste meio tempo, 2 assaltos. Considera que o Sr. Presidente se deva sentir sensibilizado para esta questão e deverá ter seguramente, na sua pessoa um aliado, porque está do lado da solução e não estou a falar do problema. Contudo, não aceita nem compactua com uma inoperância que é preocupante. Quando fez a auscultação com outros colegas que, eventualmente saíram da cidade e que foram morar para o mundo rural, percebeu que nem sempre os apontamentos são positivos e, não são positivos, não é pela qualidade de vida, não é pelo desafio do campo, é por uma inércia. Não lhe compete e face aos elementos que tem, se verifiquem se é da Câmara, da

Junta ou da EDP, mas não é menos verdade que não há uma solução, que não há uma resposta. Pede ao Sr. Presidente para se colocar na posição do munícipe e veja se entende o porquê desta participação.

**Sr. Clemente José Cartaxo(5.)**

Cumprimenta os presentes e refere que vem expor dois problemas e vem falar em nome da Sra. Maria Nazaré da Silva Cândido que é proprietária. Têm um terreno perto do Bairro Margaça, que quando passaram os saneamentos básicos, cederam os terrenos, ainda no tempo do Sr. Faustino dos Santos quando era o Presidente da Junta de Freguesia. Nessa altura foi prometido fazer a passagem de uma vala hidráulica, que lá está e que os está a deixar isolar por um hectare de terreno e aos vizinhos é metade de um hectare a cada um, deixando ali 3 pessoas isoladas. Atualmente há um vizinho, porque até à data ainda conseguiam passar, saindo da estrada havia um pedaço de terreno que pertence a todos e, foi invadido por um vizinho e foi vedado por ele. Refere que já fez uma participação à GNR e a GNR não aceita participações deste género, porque só aceita participações de ofensas públicas e não de partilha de terrenos e situações deste género. Trata-se de um senhor que invadiu um terreno que não lhe pertence e que tapou a passagem que lá havia, a única passagem que lá existia para esses terrenos. Gostava de saber qual será a solução para este problema.

O **Sr. Presidente** pergunta ao Sr. Clemente José Cartaxo se pode identificar qual a rua.

O **Sr. Clemente José Cartaxo** refere que é a Rua dos Espanhóis.

**Sr. que não se identifica (6.)**

Cumprimenta os presentes e refere que, tal como as outras 10 pessoas que o acompanham, vem aqui falar sobre a Rua Sebastião Amador que foi cortada pelo Sr. João Jones. Refere que já se informou do que consta nos serviços cadastrais e considera que os aceiros públicos não podem estar nos serviços cadastrais. Está lá um aceiro público no meio que está no mapa e esse aceiro público é para utilização de todos e é assim desde há 100 anos. A Sra. Presidente da Junta de Freguesia comunicou ao Sr. Presidente da Câmara que aquele senhor estava a fechar aquele caminho. Até agora não se viu lá ninguém da Câmara, nem o Sr. Presidente da Câmara. Refere que já enviaram para a equipa da Junta de Freguesia 100 assinaturas válidas e até hoje, estão à espera de uma resposta que não é apareceu. Havendo ali uma rua que tem nome, a Rua Sebastião Amador, por que motivo é que os serviços cadastrais meteram tudo num só bolo. Enfim, aquela rua existe há mais de 100 anos e há aqui pessoas que, uma delas que está a tomar conta de uma herdade onde tira toneladas de eucaliptos e hoje, não consegue, porque de um lado os terrenos são alagadiços e do outro são de areias soltas e não consegue fazer sair as madeiras, se não por aquele caminho.

Sentem-se abandonados, porque até à data não tiveram qualquer resposta, o Sr. Presidente nunca foi ter com estas pessoas e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia alertou a Câmara do que se estava a passar e enviou as assinaturas todas que foram recolhidas. Agradece mais uma vez à Sra. Presidente da Junta de Freguesia e não sentiram apoio da Câmara, uma visita de pessoas da Câmara para lhes explicarem as coisas melhor e por isso estão indignados. Se houver ali um fogo, os Bombeiros não podem passar, como já aconteceu há 3 anos e que se serviram daquela rua para irem apagar esse fogo.

**Face às questões apresentadas pelos Srs. Múncipes, são prestados os seguintes esclarecimentos:**

\_ Em resposta ao Sr. José Pereira (1.), o **Sr. Presidente** refere que do rol de questões que colocou algumas já haviam sido faladas em outras reuniões. Colocou também muitas delas que estão fora da alçada da competência do município, mas o município, naturalmente, não deixa de intervir e fazer pressão junto de entidades, para solucionar os assuntos.

Quando fala na falta de rede de água e esgotos na zona que identificou, informa que já foi um assunto sinalizado numa anterior reunião no "Eu participo", refere que a questão não são a quantidade de metros, nem uma questão económica. Para já o apelo que faz e já deu indicações aos serviços municipais, para que as pessoas sejam contactadas e solicitem a água. Afirmou que já chega de entidades públicas, contra as orientações da entidade reguladora, a serem obrigadas a colocar na tarifa fixa a despesa dos investimentos; porque não querem que façam mais investimentos que não sejam rentáveis, estarem a fazer prolongamentos de água para depois ninguém ligar e, portanto, façam favor de requerer a ligação de água. As pessoas que residem nesse troço, solicitem a água, porque se são 300 metros, a Câmara já poderia tê-lo feito "há séculos", mas salienta que é preciso que as pessoas peçam a água. A lei até permite, depois de lá estar a rede, multar em 1250 euros as pessoas que não se ligarem à rede. Portanto, querem que as pessoas façam o requerimento, vão à carrinha do atendimento municipal e peçam a água. Informa que, atualmente, os ramais, são feitos pelo município à borla, portanto, desde que haja múnícipes para abastecer de água, que a rede tenha condições de pressão, têm todo o interesse em ter as pessoas ligadas à rede. Quem não tiver fatura da água, não paga resíduos e o problema dos resíduos é o grande flagelo neste momento, e não é só no concelho de Palmela. Porque resíduos, toda a gente produz. Quanto à questão dos esgotos é uma questão mais complexa; tem outras complexidades se não houver possibilidade de ligação gravítica, porque ninguém faz uma estação elevatória que custa 150 mil euros, só a estação elevatória para bombar esgotos, para meia dúzia de pessoas, aliás, a média é de 2 mil pessoas para cima. Refere que esteve esta tarde a discutir pormenores dos troços do projeto de saneamento para a zona de Cajados e aquilo é quase impossível de implementar, ninguém vai gastar ali 4 milhões de euros.

Refere que vão fazer a Rua 25 de Abril e a Travessa 5 de Outubro numa 1ª fase. A questão do saneamento é uma questão mais técnica. Na questão da água é preciso que as pessoas requeiram, porque até têm investido, em particular, nesta freguesia em prolongamentos, com abaixo-assinados por quase 100 pessoas e depois passados 5 anos, apenas 6 casas estão ligadas à rede. Portanto, estão de acordo com a questão do prolongamento da água, que é sempre uma 1ª necessidade e aí não partilham da mesma visão da Entidade Reguladora, nem de outras Entidades que visam só a rentabilidade e o lucro. É um bem que tem de ser preservado, tem de ser consumido com conta, peso e medida, mas é indispensável às pessoas e, portanto, fazem esse esforço, mas é preciso que as pessoas depois se liguem à rede.

Sobre a Estrada Nacional 10, de facto, está a complicado. O concelho de Palmela é atravessado por trânsito que vem de todo o lado e, de facto, nem as estradas nacionais e municipais aguentam tanto trânsito e naturalmente, farão também esta chamada de atenção às Infraestruturas de Portugal.

Relativamente à passagem desnivelada de Poceirão, é a mesma informação que já havia dado, da qual recorda o último parecer do município que data de 2015; foi aprovada a localização da passagem desnivelada e deram essa informação, aliás, está na Junta de Freguesia esse parecer, porque a Sra. Presidente da Junta de Freguesia tem procurado saber o ponto de situação. A última questão que tentaram dirimir com as Infraestruturas de Portugal entenda-se REFER, foi a questão da passagem pedonal, porque a passagem viária já sabem que vai até à rotunda, junto à escola e que tem de fazer um desvio, estando devidamente assinalada. Quanto à passagem pedonal está mais difícil, porque tem de haver ali outra solução, que não seja só os elevadores e, que também não seja uma daquelas soluções que faça as pessoas andarem quilómetros para trás e para a frente para passar para o outro lado da linha. O município tem defendido passagens inferiores, mas em rampa e até estão admirados da REFER ainda não ter avançado com isso, mas possivelmente vai entrar num pacote de fundos, porque as Infraestruturas de Portugal estão certamente à espera também de algum apoio de fundos comunitários, como houve no passado na eliminação das passagens de nível, no âmbito de uma candidatura a fundos comunitários de vários milhões, que permitiu acabar com uma série de passagens de nível que eram perigosas e ceifaram muitas vidas humanas.

Em relação à sinalética para os Centros de Saúde, refere que vão analisar, até porque nas localidades é responsabilidade da autarquia, no entanto, apesar de ser a Avenida Calouste Gulbenkian, está na Estrada Nacional 5 que é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, portanto, é uma situação que irão estudar.

Refere que sobre a Ponte do Zambujal, tal como já foi esclarecido no passado, chegou a ser feito um protocolo com o Sr. Mário Vinhas, até por via de uma candidatura a fundos comunitários, mas que não foi aprovada. Tratava-se de um processo muito complexo, a ponte, o caminho, um bloqueio por parte da reserva do Estuário do Sado por causa da intervenção da

decapagem entre outras situações. O município tem esse compromisso no seu programa de trabalho e, quando houver uma candidatura que permita reabilitar a ponte e o caminho, será feita uma nova candidatura, com ou sem os herdeiros do Sr. Mário Vinhas, até porque têm um protocolo com a Câmara eles também têm de assumir as suas responsabilidades.

Esclarece que sobre a reorganização das freguesias, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, têm sido apresentadas propostas, mas não tem reunido a unanimidade. Também na Assembleia da República tem havido vários partidos que têm proposto alterar esta situação, mas o tempo está a passar e a situação não se resolve. Refere que o Sr. Ministro Eduardo Cabrita disse que até Outubro estariam esclarecidas as competências da Lei das Finanças Locais, mas não acredita nisso, até porque mesmo no acordo que já foi feito com outro partido do centro para a descentralização de competências, aquela Lei das Finanças Locais não vai resolver nada. Destaca que têm realizado iniciativas ao nível dos órgãos institucionais da Câmara e da Assembleia Municipal e considera que a freguesia, a população deve fazer o mesmo, deve mexer-se. Na Assembleia da República, existem partidos políticos que, sistematicamente, propõem e outros que vetam ou votam contra. Considera que é preciso que tomem conhecimento que as pessoas das freguesias estão insatisfeitas e concorda que a solução seria voltar a cada freguesia, com as suas equipas, com mais gente a participar no poder local. A união, esta junção revelou que não se gastou menos dinheiro, que não se está a trabalhar melhor e que as dificuldades são agora maiores. Considera que se perde muito enquanto as freguesias continuarem agregadas. O Concelho de Palmela tem 465 quilómetros quadrados, lutou-se durante anos para ter mais freguesias, a 23 de maio de 1988 foi publicada a lei da criação da freguesia do Poceirão e, infelizmente, agora juntaram as freguesias. É uma questão que agora só pode ser resolvida na Assembleia da República e espera que se resolva ainda nesta legislatura.

Refere que a Escola de Fernando Pó e a casinha junto à linha, faz parte do Projeto Centro Rural Vinum e, naturalmente, estes assuntos estão a ser discutidos com os parceiros locais, os compromissos estão a ser cumpridos, a 1ª candidatura para o pavilhão da Sociedade está feito, a 2ª é um projeto que está em aprovação final que diz respeito aos espaços exteriores em torno do apeadeiro, que ainda tem de ser aprovado pela REFER. A 3ª para a escola estão a estudar uma solução, na qual se prevê que venham a ter ali sinergias com uma instituição ligada aos vinhos, porque é isso que se deve fazer para uma aldeia vinhateira. Portanto, outros projetos estão pendentes também da abertura das candidaturas. O país está um bocadinho atrasado nestas coisas do Portugal 2020, porque primeiro criaram umas prioridades de investimento que não interessam ao país, depois aquilo que era para estar candidatado até o final do ano passado, foi prorrogado até outubro deste ano e há avisos que ainda não abriram.

Relativamente à queda de árvores na Estrada Nacional que liga Poceirão a Rio Frio é uma preocupação e que a Câmara tem sinalizado não só nesta estrada como também na EN 10. Refere que ainda esta semana, os Bombeiros de Águas de Moura e a Proteção Civil estiveram a

cortar árvores no Poceirão, serviço que competia à Infraestruturas de Portugal. Portanto, a autarquia tem feito chegar estas situações a quem de direito, para que não se desresponsabilizem, porque se houver algum problema e espera que nunca haja, é evidente que a responsabilidade é dessas entidades.

Sobre as placas de indicação de Aqualva, refere que é um problema definir onde é a Aqualva de Cima e a Aqualva de Baixo, mas enfim, tem sido um problema porque umas pessoas querem com uma designação, outros querem de outra forma. Garante que não é por causa do preço de 2 placas direcionais que não estão colocadas, o problema de facto, é que, para já situa-se numa estrada nacional e corre-se o risco de pôr lá alguma sinalização e a mesma vir a ser retirada. Depois, a população não se entende com a "história" da Aqualva e fica difícil sinalizar com exatidão. Contudo, refere que está na lista de pendentes do trabalho para a freguesia.

Refere que a questão levantada sobre as luminárias desligadas irá passar a palavra ao Sr. Vereador Pedro Taleço que esclarecerá melhor. Ainda assim, informa que o número da EDP é o 800 506 506. Refere que é possível, por vezes, os serviços da EDP terem dificuldades em identificar alguns locais no espaço rural. Contudo, considera que têm de insistir e garante que há outras medidas que a Câmara está a tomar, mas que a relação com a EDP não está fácil e não é um problema só da autarquia de Palmela. O contrato de concessão está em discussão e a autarquia prevê medidas que possam resolver algumas destas situações.

\_ Em resposta ao Sr. João Borges do Rosário (2.), o **Sr. Presidente** refere que na altura em que foi feita a reconversão urbanística daquele pequeno bairro que era quase uma AUGI, o desenho urbano definiu a localização dos contentores, na lógica de um rácio de contentores por número de fogos, por número de habitantes. Entretanto foram criados regulamentos novos que enunciam quais são os níveis de serviço, as distâncias até aos contentores e, é inegável que ali há um problema. Os contentores quando lá foram colocados, não estava prevista haver uma Legislação sobre as Acessibilidades, particularmente em relação à dimensão do passeio. Refere que o contentor tem estado constantemente a ser mudado de sítio e também tem fotos do que se passou no último sábado, com a deposição de verdes junto à porta da casa da pessoa que se sente lesada.

Esclarece que é de facto o Eng.º Rui Silva que analisa a distribuição conforme o pedido dos moradores.

O **Sr. João Borges do Rosário** volta a intervir, não usa o microfone e não é perceptível o que diz, pelo que não possível efetuar a transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** refere que não é intenção da autarquia prejudicar as pessoas e neste caso, há um conjunto de argumentos que são utilizados no abaixo-assinado que também não são verídicos, quer na segurança, quer na circulação e o local onde o contentor estava



anteriormente eram muito mais penalizadores. Portanto, o Eng.º Rui Silva recebe uma reclamação e procura resolver o assunto, para uma zona onde está mais desafogada e que também facilita a circulação dos carros, embora tenha sentido único. Aproveitando o facto de estar a decorrer uma empreitada para colocação de gares, para fazer lugares e colocar os respetivos os resguardos, considerou que a alteração do contentor não prejudicaria as pessoas e fê-lo de acordo com as regras técnicas dos regulamentos e das reclamações que tiveram despachos dos serviços competentes, por isso não é o único culpado, aliás pode sempre culpar o Presidente da Câmara porque é o responsável máximo.

Ainda assim, há necessidade de criar ali uma solução de bom senso, porque o contentor se estiver na Rua Henriques Domingues Margarido, no outro lado da estrada, se calhar também não prejudicava outras pessoas. Já existe uma proposta de resposta para que se arranje uma solução de bom senso e até se disponibiliza pessoalmente para ir ao local falar com as pessoas.

O **Sr. João Borges do Rosário** volta a intervir e refere que tanto lhe faz quem lá vai, seja o Sr. Presidente ou qualquer um dos Vereadores, menos o Sr. Eng.º Rui Silva, porque sente que foi ofendido por ele, por aquilo que ele lhe respondeu. Refere também que a mulher do Senhor que o Eng.º Rui Silva está a beneficiar, porque até o contentor não apanha nada da parede que pertence a esse senhor.

O **Sr. Presidente** refere que aqui ninguém pode faltar ao respeito a ninguém, têm de discutir as opiniões sem ofender ninguém.

O **Sr. João Borges do Rosário** refere lhe faltaram ao respeito e não se percebe o que diz em seguida, uma vez que não fala ao microfone e não é perceptível para transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que no Pinhal Novo a recolha de monos é feita, nas datas devidas, por equipas da higiene e limpeza que deveriam estar a varrer em vez estar a fazer recolher monos e verdes e alerta mais uma vez que no Pinhal as pessoas têm um centro de recolha e triagem aberto de terça a sábado, onde podem entregar tudo gratuitamente, mas continuam a despejar quantidades absurdas juntos contentores. Ninguém respeita ninguém.

Regista-se um momento em que várias pessoas falam em simultâneo, sem usar o microfone, pelo que não existem condições de áudio, para transcrever para a ata.

O **Sr. Presidente** refere que a situação está a ser analisada. Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos, a Câmara recolhe no Pinhal Novo 7 vezes por semana, os monos e verdes são na generalidade incumprimento das pessoas. Quem faz a recolha de resíduos sólidos urbanos, quando vê uma coisa que não está dentro do contentor, não recolhe, porque percebe que não pode ir para a máquina trituradora do camião, tem de ser levado à parte, porque senão a pessoa que ali depositou, colocaria dentro do contentor.

\_ Em resposta ao Sr. Jerónimo Alegria (3.), o **Sr. Presidente** refere que a Rua João Pedro Monteiro está nas Grandes Opções do Plano, com projeto para 2019 e execução para 2020. Refere que até à data, tudo o que consta no plano do mandato tem estado a ser cumprido.

\_ Em resposta ao Sr. Paulo Nunes (4.), o **Sr. Presidente** refere que sobre a questão da EDP vai pedir ao Sr. Vereador Pedro Taleço que esclareça melhor esta situação, mas pode-se falar em inoperância sobre muitas coisas, contudo não se pode nem se deve pôr em causa a lisura, os procedimentos e a veracidade dos atos e para isso existem documentos; documentos que estão disponíveis para esclarecer o senhor, como o fizeram com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, seja sobre este assunto ou sobre outros assuntos, em que efetivamente o procedimento sempre foi assim.

Refere que estes problemas com a EDP já duram há muitos anos e, mesmo depois de terem recuperado algum tempo com a EDP a trabalhar um pouco melhor no cumprimento das suas obrigações no âmbito das concessões, até para situações que tinha de fazer gratuitamente; nestas situações, que se pagam e que eram aquelas que não costumava haver atrasos, passou a haver atrasos. Quando se privatizam serviços, quando se concessionam e subconcessionam serviços, neste caso os senhores da CME (Construção e Manutenção Electromecânica, S.A.) não dão conta do recado. Este tipo de problemas não acontece só junto à casa do senhor, acontece todos os dias em toda a parte do concelho, acontece com serviços de apoio do PT, da realização de quadros para festas, não têm capacidade de resposta.

O Sr. Vereador irá dar nota das diligências que têm sido encetadas para resolver estes problemas e quanto a responsabilidades refere que assume todas, mas também espera que perceba, que atrás do cidadão com responsabilidades políticas que é o representante das populações, que pode não ter a mesma opinião, mas defendendo toda a gente, porque é uma obrigação, é uma missão. As pessoas não podem dizer tudo e não esperar uma reação, portanto, por vezes, as formas de colocarem as questões não são as mais elegantes, dando a sensação que iria, enquanto Presidente da Câmara Municipal, ser o responsável por aquilo que possa acontecer com a sua família e, não pode ser assim.

O **Sr. Paulo Nunes** volta a usar da palavra para mencionar o seguinte: " Fica registado que o senhor Presidente assume todas as responsabilidades", o que considera suficiente, portanto, fica registado em memória pública que assume a responsabilidade.

\_ Em resposta ao Sr. Clemente (5.), o **Sr. Presidente** refere que quanto à questão da Rua dos Espanhóis, tem uma vaga ideia que em 2010, um prolongamento de esgotos nessa zona teve de passar pelas traseiras dos terrenos e por consequência terão ficado algumas questões

menos bem resolvidas e vai tentar recuperar esse processo para perceber se a Câmara pode ajudar a resolver, sobretudo a questão da passagem.

Porém, no que se refere a questões de domínio (quem é que é o dono do quê, quem é que tem as frentes, as entradas, de quem são as serventias), esclarece desde já e em particular por causa da Rua Sebastião Amador, que quem define a dominialidade são os tribunais. Refere que já houve casos de caminhos públicos serem vedados por decisão de tribunais, aliás como referiu no "Eu participo", recentemente perderam uma ação em tribunal de uma rua que tem um condomínio legalizado e que foi preciso comprar a rua, para garantir o acesso público ao condomínio. Portanto, quem define estas situações, são os tribunais.

Refere que programará uma ida ao local, em parte para verificar se está ou não ao alcance da Câmara resolver o atravessamento, a passagem, a manilha, da entrada. Se for um problema de dominialidade de terrenos entre privados, não há regime jurídico de urbanização e edificação, não há PDM, não há nada, porque essas são as leis que têm de cumprir. No âmbito do Código Civil, no âmbito da litigância de direito privado entre os particulares, pelo que se for esse o caso, a Câmara não poderá interceder.

O **Sr. Clemente** volta a intervir, mas não usa o microfone. Refere que naquela altura, a Sra. Dina foi lá fazer a medição e identificou onde ficava o marco. O proprietário não concordou e foi buscar um outro topógrafo e esse também confirmou que o extremo era ali. Acabou por também não pagar a esse topógrafo porque não concordou com ele. Acabou por vedar todo o terreno, incluindo a sua entrada

O **Sr. Presidente** refere que com a topografia e com os documentos irão tentar ajudar na resolução desse assunto. Neste momento não pode dar um melhor encaminhamento para o assunto sem consultar o processo.

Relativamente à Rua Sebastião Amador, refere que o abaixo-assinado que os senhores enviaram via junta de freguesia foi respondido à Junta de Freguesia no dia 12 de março de 2018. Depois de ter sido tudo vistoriado pelos serviços municipais em termos de documentação, a resposta refere que confirma-se que o troço de caminho que se encontra cortado está efetivamente inserido em propriedade privada. Está integrado num artigo único que não está dividido e que é propriedade privada. Uma das questões que o município costuma ter em consideração para perceber a dominialidade do caminho, é verificar se existem infraestruturas, outro tipo de infraestruturas e, se alguma vez, a Câmara assumiu o caminho e fez a sua conservação e manutenção. Neste caso, a Câmara nunca fez a conservação e manutenção deste caminho, no entanto a Junta de Freguesia fez e, por isso é que lhe foi atribuído um nome.

De igual modo, esse caminho não consta nos mapas que integram o contrato que a câmara e a junta têm para a conservação dos caminhos, portanto, isto é importante referir. Os Srs./as Presidentes de Junta, arranjam os caminhos que querem, mas no contrato que têm com a

Câmara Municipal, têm um mapa que indica quais os caminhos que são para arranjar. As juntas de freguesia podem conservar os caminhos, e neste caso conservou o caminho, porque ele fazia falta às pessoas que passavam lá, mas não foi a Câmara que fornece o mapa dos caminhos públicos que disse que aquele caminho tinha de ser conservado.

Quando se compra um terreno, vem lá escrito na certidão as extremas, o artigo e alguns até têm mapa. Tem de se consultar no Instituto Geográfico Cadastral se esse caminho está assinalado e se consta como caminho público. Refere que foi feita essa pesquisa consta e que esse caminho não está lá assinalado, mas foi certamente de serventia que é uma outra situação e há serventias públicas e serventias privadas.

Por último, e também consta no ofício, e que é muito importante, a Câmara Municipal tem interesse em reunir com o senhor do caminho, o proprietário do terreno e já fizeram diligências telefónicas, para 2 números de telefone, procurando falar com a pessoa e perceber também, a razão por que é que chegou àquela conclusão. Também há um outro problema, que é a Rua Cristalino José, que fica junto a esse e no qual também apareceu uma vedação que não está a respeitar os afastamentos ao eixo da via. Portanto, não é verdade que a Câmara não quis saber o que se passava, no dia 13 de março a equipa de fiscalização esteve no local, confirmou o corte da estrada junto da Rua Cristalino José Marques onde foi erigida uma vedação em prumos de madeira sem carácter de permanência. A 6 de abril deslocaram-se ao local por causa da pesquisa que fizeram no Sistema de Informação Geográfica - SIG; a 09 de abril a fiscalização propõe que se solicite à Divisão de Administração Urbanística a confirmação dos afastamentos das vedações, portanto não estiveram parados, porque não querem que isto aconteça, contudo, não podem ir contra a lei, não podem entrar numa propriedade que é privada e abrir um caminho.

Esclarece que os caminhos quando são públicos, entram no domínio público, no património da Câmara e como é que isso vem ao património da Câmara, é quando há operações de loteamento; nestas quintas e emparcelamentos é com os afastamentos, as pessoas quando licenciam um muro ou uma outra qualquer edificação; o que antes era um caminho estreito com 3 metros tem agora de passar a ter 6 metros e meio (conforme estabelece o PDM) e foi assim, durante muitos anos que o ex-Presidente da Junta de Freguesia, o Sr. José Silvério foi abrindo caminhos, também com gente muito boa que foi cedendo partes dos seus terrenos para se fazerem estradas e caminhos.

As vedações, apesar de feitas em paus de estaca e rede ovelheira, sem fundações e alvenaria, não estão sujeitas a licenciamento, mas estão sujeitas a uma consulta sobre o afastamento, porque são consideradas vedações provisórias não têm um carácter definitivo de permanência no solo e, é isso que a fiscalização está a procurar que venha escrito da parte de quem de direito, para depois atuar ou autuar, no sentido de fazer recuar a vedação.

Retomando a questão da Rua Sebastião Amador refere que, das pesquisas que a câmara fez, e o facto de as pessoas sempre terem passado por ali, não significa que o artigo não seja um artigo único, que esteja dentro do terreno do homem e o problema é esse e só quem vai conseguir desempatar isso é um tribunal, ou por acordo, e foi por isso que referiu que gostava de falar com o proprietário, porque se calhar até se consegue chegar a um acordo.

Nesta questão dos caminhos, as câmaras municipais procuram ser aliadas das pessoas, até porque querem ficar com o domínio público, mas não são juízes em causa própria, só os tribunais podem decidir. Mesmo em situações ilegais, procura-se uma solução. Nesta questão do caminho, não pode dizer que não foi feito nada por parte da Câmara e não é um assunto encerrado, porque ainda pretendem falar com o senhor, com o proprietário atual e perceber se há condições para chegarem a um acordo, para toda a gente se entender.

Elementos do público continuam a intervir sem usar microfone e falam em simultâneo, não sendo perceptível o suficiente para transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** esclarece que a Rua Cristalino José não pode eliminado ou vedado. Relativamente ao que está em questão, como referiu inúmeras vezes, será por via de acordo ou por decisão do tribunal.

Elementos do público continuam a intervir sem usar microfone e falam em simultâneo, não sendo perceptível o suficiente para transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** esclarece que se trata de um questão de documentos e de propriedade.

Intervém **uma pessoa do público**, mas não usa o microfone e refere que foi dito que aquilo era uma parcela única, mas existe um marco de cada lado do caminho.

O **Sr. Presidente** explica que o que interessa é o que consta nos documentos, há artigos únicos e há pessoas que tentam separar, dividir entre os filhos, mas aquilo que ali está não pode ser emparcelado, portanto, aqueles marcos não significam nada. Reitera que o que interessa é o documento, é o que está no registo, porque é isso que faz prova perante a justiça.

Intervém **uma pessoa do público**, mas não usa o microfone e refere que enquanto durou o caminho, com os marcos de um lado e do outro, tinha um portão de cada lado.

Não é possível transcrever em ata, porque não é perceptível o que o senhor que disse, uma vez que falou sem usar o microfone.

O **Sr. Presidente** refere que não está em desacordo, mas reitera que fizeram a pesquisa sobre a situação, tem aqui toda a documentação e se não conseguirem um acordo, estão "atados de pés e mãos".

O troço da rua corresponde a um único artigo, que é o artigo 106 da secção A da freguesia de Palmela. Antigamente havia só duas freguesias, a de São Pedro de Palmela e a de São Pedro de Marateca, mais tarde houve mais 2, Quinta do Anjo e Pinhal Novo e depois a freguesia do Poceirão. Muitos destes terrenos ainda têm estas designações antigas, é mesmo uma classificação muito antiga do concelho e tem aqui o respetivo mapa.

Considera que se conseguir falar com o senhor, poderão chegar a um acordo. Mas se o senhor entender não chegar a um acordo, a Câmara Municipal não o poderá colocar em tribunal sem ter uma prova que o caminho era municipal, que o caminho era público e municipal desde tempos imemoriais, porque se utiliza esta expressão "desde tempos imemoriais" até para chegar a usucapião, que era uma coisa que dantes era mais fácil e atualmente é mais difícil e, portanto, não sabe se é possível alcançar por essa via. Enfim, voltarão a falar deste assunto, para saber se é possível dar mais alguns passos nos próximos meses, para se tentar encontrar uma solução.

Volta a intervir **uma pessoa do público**, mas não usa o microfone e mais uma vez não é perceptível em áudio, para transcrever o que disse em ata.

O **Sr. Presidente** refere que retomarão este assunto.

\_ Em resposta ao Sr. José Pereira (1.), o **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que sobre as questões de iluminação pública, não têm registo nos serviços de tantos pedidos de avaria, como o senhor referiu, portanto, pode corresponder a uma zona que desconhecem, porque a verificação que fazem no concelho, depende também da EDP e são eles que têm essa competência, apesar de sazonalmente e não conseguindo uma continuidade por dificuldades de outros serviços, ter uma equipa que uma verificação em relação à que a EDP faz. Ainda assim, indica que através de candidatura do programa Portugal 20-20 e do investimento que o município está a preparar, até meado de 2019, têm a intenção de todo o concelho revisto e com iluminação led instalada. Com estas medidas, terminam de vez, em relação a locais que precisam e que não têm e de locais que não precisam e têm luz. Refere

que para terem ideia, no concelho têm mais de 50 tipos de luminárias e lâmpadas, com mais de 3 décadas de diferença em tecnologia.

Considera em opinião que o problema não se trata de uma questão da privatização, mas sim, da maneira como foi feito o contrato que era do Estado para o privado, contínua em situação de monopólio e, portanto, tudo isto resulta muito mal, porque e fazendo uso das palavras do Senhor Paulo Nunes, o que lhe transmitiram, o core Business da EDP passou realmente a ser o euro, mas o do Município continua a ser o serviço público que, por isso, têm-se focado nesta negociação que está a acontecer do contrato de concessão de baixa tensão, que é que quem vende a eletricidade a todos e, também as condições que têm de dar ao concelho e aos seus municípios, em relação a este serviço que passam a poder explorar. Estas medidas têm estado a serem negociadas e dentro de 2 anos, terminam. Portanto, espera que estas questões agora levantadas passem a ser parte do passado e que os municípios possam ter a devida interferência no processo. Irão pressionar a EDP, como têm pressionado, mas até terem uma rede toda reinstalada e como deve de ser, vão ter problemas destes.

\_ Em resposta ao Sr. Paulo Nunes (4.), o **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que entende perfeitamente e considera a preocupação do senhor Paulo Nunes e que com o passar do tempo, passa de preocupação a zanga. Também não é o 1º caso em que há versões distintas entre a empresa e a autarquia. Nestas situações, vem preparado para o repetir o que se passa, todo o processo do trabalho que desenvolve, incluindo, a questão do orçamento ao munícipe, que é a 3ª parte, para quando confrontar a EDP também estar perfeitamente munido de informação. Muito rapidamente faz aqui um resumo do que se passou: no dia 9 de janeiro de 2018, a Junta de freguesia comunicou à Câmara a sua pretensão; no dia 10, foi distribuído ao serviço competente na câmara, portanto, a partir daqui a documentação passa a ser digital; no dia 16 ou seja, com um fim de semana pelo meio, os serviços da Câmara através do Eng.º Pedro Limão já tinham dado parecer positivo e procederam ao pedido de orçamento, feito nesse mesmo dia; no dia 26 de fevereiro, não sendo já da responsabilidade da autarquia, mas dá nota que foi feita deslocação do técnico da EDP para orçamentação ao local; no dia 24 de abril, chegou um alerta da Junta de freguesia, certamente também por causa da sua reclamação a em relação a esta questão e bem, porque é um procedimento que vem do Presidente anterior, quando as coisas apertam vão diretamente ao conhecimento do vereador; no dia 26 de Abril, tentaram falar novamente com os serviços da EDP e finalmente no dia 3 de maio chegou o orçamento da EDP, que foi confirmado o orçamento. Portanto, a Câmara respondeu sempre num espaço de 24 horas, exceto a questão do estudo que demoraram uma semana já com o trânsito, face à urgência que deram e que reiteraram, e até porque as competências que tem como vereador são delegadas, portanto a responsabilidade também, e está a assumi-las, mas da parte da autarquia e podendo, noutros casos haver falhas, neste

caso não poderiam ter respondido mais depressa face também à realidade do serviço e da autarquia.

O **Sr. Paulo Nunes** diz: “Caro Vereador, agradeço a sua explicação”.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:**

. **Saudação** (Adega Cooperativa de Palmela e Sivipa – Sociedade Vinícola de Palmela, S.A.).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (Alquimia dos Sabores).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (Filipe Coelho).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

. **Saudação** (Rui Duarte Gião Narigueta).

**Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.**

**O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

**SAUDAÇÃO** (Adega Cooperativa de Palmela e Sivipa – Sociedade Vinícola de Palmela, S.A.)

“No Concurso Internacional “Syrah du Monde” 2018, a maior competição mundial particulariza para a casta Syrah, que se realizou na região de Côtes du Rhône, em França, no passado mês de maio, Portugal recebeu quatro medalhas, duas das quais atribuídas a vinhos da Região da Península de Setúbal.



Constituída por um painel de profissionais qualificados ligados ao vinho e à uva, testaram 347 amostras de vinhos feitos a partir do varietal Syrah - casta de uma grande riqueza de expressões sensoriais – onde estiveram representados 24 países.

Duas Adegas do Concelho de Palmela granjearam 2 medalhas de prata para os seus vinhos, a saber:

VALE BARRIS SYRAH COLHEITA SELECIONADA, 2015 | Adega Cooperativa de Palmela

AMEIAS SYRAH, 2016 | Sivipa - Sociedade Vinícola de Palmela SA

Reunida em Poceirão, a 20 de junho de 2018, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega Cooperativa de Palmela e a Sivipa - Sociedade Vinícola de Palmela SA, pela excelente prestação em França e pela divulgação a nível internacional dos vinhos da Região de Palmela.”  
**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**  
**Aprovado em minuta.**

#### **SAUDAÇÃO** (Alquimia dos Sabores)

“A “Alquimia dos Sabores” é uma empresa familiar, do concelho de Palmela, sediada em Poceirão, que nasceu da tradição de aproveitar excedentes de fruta através da confeção de doces para consumo próprio e para oferta a amigos e familiares.

Combinando a experiência e o método artesanal com os conhecimentos de química, a empresa criou novas combinações de texturas e sabores que levaram ao nascimento da marca em 2011, dedicada à produção de compotas e geleias com recurso a matérias-primas diferentes, como flores e ervas aromáticas e também à criação de combinações improváveis de frutas e legumes.

Desde 2014 que a “Alquimia dos Sabores” tem sido reconhecida pelo seu trabalho através da obtenção de várias distinções e prémios a nível regional e nacional.

Este ano, o júri do Concurso Nacional de Sal e Condimentos Tradicionais atribuiu-lhe a Medalha de Ouro na categoria de Condimentos à Base de Pimento pela sua Compota de Malagueta e, o produto Pickles Doces foi considerado “O Melhor dos Melhores” no Concurso Nacional de Sal e Condimentos Tradicionais Portugueses de 2018.

Reunida, no Centro Cultural de Poceirão, a 20 de junho de 2018, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a empresa Alquimia dos Sabores pelos títulos alcançados e pelo reconhecido trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da promoção dos nossos produtos regionais de qualidade.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**  
**Aprovado em minuta.**

**SAUDAÇÃO** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho)

“A ginasta Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeã Nacional de Tumbling, escalão Juniores femininos, ao vencer as Super Finais do Campeonato Nacional 2018, que se realizaram no Multiusos de Guimarães, no dia 9 de junho de 2018.

Margarida Agostinho volta a conquistar o título nacional individual, desta vez no escalão de juniores, sendo este o seu sexto título nacional individual consecutivo. Esta tem sido uma época recheada de bons resultados, durante a qual a ginasta tem garantido e consolidado a sua evolução na modalidade. Margarida junta este título individual ao título coletivo alcançado em abril último e ao 4.º lugar na competição por equipas do Campeonato da Europa de Trampolins, Duplo Mini-Trampolim e Tumbling que se realizou em Baku, Azerbeijão

Reunida em Poceirão, a 20 de junho, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Margarida Agostinho pelo título de Campeã Nacional de Tumbling individual, em Juniores femininos, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva continuando a dignificar a sua Academia e o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.  
Aprovado em minuta.**

**SAUDAÇÃO** (Filipe Coelho)

“O atleta Filipe Coelho, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de BTT XCM 2018, escalão Master 40, no Campeonato Nacional de Maratonas - XCM, que se realizou no dia 10 de junho de 2018, em Melgaço.

Filipe Coelho revalida assim o título alcançado em 2017.

Reunida em Poceirão, a 20 de junho, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Filipe Coelho pelo título de Campeão Nacional de Maratonas em BTT, Master 40, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.  
Aprovado em minuta.**

**SAUDAÇÃO** (Rui Duarte Gião Narigueta).

“O atleta Rui Narigueta, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Triatlo Cross, escalão 40-44 anos, no Campeonato Nacional Individual e de Clubes de Triatlo Cross – X-Terra Portugal 2018, que se realizou no dia 2 de junho de 2018, na Golegã.

Para além do título individual no escalão 40-44 anos, Rui Narigueta, sagou-se Vice-Campeão Nacional por equipas e alcançou o 6.º lugar na classificação absoluta.

Reunida em Poceirão, a 20 de junho, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Rui Narigueta pelo título de Campeão Nacional de Triatlo Cross, escalão 40-44 anos e de Vice-Campeão Nacional por equipas, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**Informações / Assuntos diversos:**

• **Execução do projeto de requalificação do Largo da Mitra** – O **Sr. Presidente** refere que foi adjudicada a execução do projeto de requalificação do largo da Mitra, no valor de 7.300 euros.

• **Pavimentação de troço na rua Joaquim Gomes Romão** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que na rede viária o concurso para a pavimentação do troço na Rua Joaquim Gomes Romão, numa extensão de cerca de 500 metros está a decorrer e tem um preço base de 45 mil euros e vem completar uma intervenção que já foi feita em 2017, melhorando assim, o conforto e a segurança da circulação. Ainda no domínio da rede viária, mas na freguesia de Palmela, dá nota que foi adjudicada a pavimentação da Rua da Sociedade na Lagoinha, no valor de cerca de 15.900 euros e a obra terá a duração de 28 dias.

• **Campanha “Cuidar de nós”** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a nível interno na área dos recursos humanos, a autarquia está a lançar uma campanha, denomina-se “Cuidar de nós” e das ações integradas nessa campanha, muito sumariamente refere que fizeram um seminário para a prevenção do cancro da pele no dia 14 de junho, sobre os cuidados que se deve ter, tipos e fatores de risco, a exposição ao sol e a necessidade de diagnóstico precoce. Tiveram a colaboração da liga Portuguesa Contra o Cancro.

Em outubro também irão promover uma outra ação, denominada de “alimentação Saudável”. Vão igualmente realizar junto dos trabalhadores da autarquia, rastreios com análise PSA total para rastreios a problemas de próstata a trabalhadores com mais de 50 anos de idade, que ao todo são cerca de 200 trabalhadores.

• **João Jesus - Campeonato Nacional Individual de Triatlo Cross** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que João Jesus, atleta residente em Pinhal Novo, alcançou o 3º lugar no escalão 20-29 anos e o 24º lugar na classificação absoluta no Campeonato Nacional

Individual de Clubes de Triatlo de Cross – X Terra Portugal, que se realizou no dia 2 de junho na Golegã.

• **Gala 7 maravilhas à mesa** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que Palmela é uma das 49 pré-finalistas do projeto “7 maravilhas à mesa”. Este concurso promove as regiões e o mundo rural, através da gastronomia e dos vinhos, fomentando o turismo e as experiências no território. A mesa de Palmela é composta pelas 7 categorias obrigatórias a concurso, a Sopa Caramela na categoria de sopas; Queijo de Azeitão, na categoria dos queijos; Vinho tinto DO na categoria de vinhos e azeites; Moscatel Roxo, na categoria de vinhos de exceção; aldeia vinhateira de Fernando Pó, na categoria de territórios vinhateiros; o Castelo de Palmela, Centro Histórico e Parque Natural da Arrábida, na categoria de património histórico, cultural e natural e a Casa Mãe da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, na categoria de adegas, lagares e queijarias. É um espaço de promoção e divulgação das 49 mesas e culminará em 7 Galas eliminatórias transmitidas em direto pela Rádio Televisão Portuguesa com apresentação de Catarina Furtado e José Carlos Malato, onde Palmela participará a 5 de agosto em Viseu.

Por ocasião desta gala será aberta uma linha telefónica de votação para que os portugueses possam eleger as suas mesas preferidas. Refere que a madrinha da candidatura de Palmela que se associou a este projeto desde o início será a Dra. Leonor Freitas que acompanhará os próximos programas televisivos de promoção desta candidatura, conforme previsto em regulamento. Os patrimónios a concurso irão dar a conhecer as potencialidades do território de Palmela, onde a gastronomia e vinhos se apresenta como elemento primordial de uma riqueza incomparável.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

### **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

#### **PONTO 1 – Aceitação de doação.**

##### **PROPOSTA N.º GAP 01\_14-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela dá continuidade, em 2018, ao Programa Mecenas de Palmela, apelando ao contributo de empresas e instituições, numa lógica de responsabilidade social, para

a concretização de várias iniciativas, em várias áreas de atuação da autarquia, que representam uma mais-valia para a comunidade.

Assim, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite a doação que a seguir se discrimina:

EGEO - TECNOLOGIA E AMBIENTE S.A. Rua Miguel Bombarda nº 71 Quinta dos Almostéis 2685-083 Sacavém  NIF: 500512884	€ 800,00 (oitocentos euros)	Viatura Itinerante de Proteção Civil
---	-----------------------------	---

Mais se informa que a presente doação perfaz a quantia de € 800,00 (oitocentos euros).»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **PONTO 2 – Aceitação de doação - Ratificação.**

### **PROPOSTA N.º GAP 02\_14-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela promove desde 2015, o Programa Mecenaz de Palmela, apelando ao contributo de empresas e instituições, numa lógica de responsabilidade social, para a concretização de iniciativas em várias áreas de atuação da autarquia, que representam uma mais-valia para a comunidade.

Nesse contexto, foi efetuada pelo Lidl, em outubro de 2017, uma doação em géneros para o Momento de Convívio da Receção à Comunidade Educativa.

Considerando a impossibilidade de contabilizar, à data, o valor real da doação, só agora comunicado pelo doador, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal ratifique a aceitação de doação que a seguir se discrimina:

LIDL	€ 119,37 (cento e dezanove euros e trinta e sete cêntimos)	Receção à Comunidade Educativa – Momento de Convívio 2017
------	--	---

Mais se informa que a doação perfaz a quantia de € 119,37 (cento e dezanove euros e trinta e sete cêntimos).»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA**

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

### **PONTO 3 – Prorrogação dos Protocolos de Colaboração e Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas e União de Freguesias do Concelho - Retificação.**

#### **PROPOSTA N.º GPC 01\_14-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 120.º e artigos 132.º e 133.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu com as Freguesias para o mandato 2013/2017, no âmbito da delegação de competências prevista, contratos interadministrativos e acordos de execução que foram prorrogados para o mandato seguinte de acordo com deliberação de 12.12.2017, posteriormente aprovada em sessão de Assembleia Municipal realizada em 20.12.2017, documento que se junta em anexo e faz parte da presente proposta.

Posteriormente, verificou-se que o quadro da proposta continha um erro material de expressão, na menção à verba a afetar ao acordo de execução referente às pequenas reparações nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico para a transferência a efetuar para a Freguesia de Palmela. Ou seja, ao invés de o Município transferir anualmente 99.654,64€ o valor anual a considerar seria de 85.437,21 resultante da atualização aprovada pela Câmara em 07.06.2017 para os respetivos documentos de delegação de competências, proposta que igualmente se anexa.

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 174 e o n.º 2 do artigo 169 do Código do Procedimento Administrativo, **propõe-se** a retificação daquela deliberação e o envio desta proposta para apreciação da Assembleia Municipal, em função da já referida deliberação de 20.12.2017.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

### **PONTO 4 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Contrato Interadministrativo – Toponímia - Acertos.**

#### **PROPOSTA N.º GPC 02\_14-18:**

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução, tendo os

mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberações da Câmara Municipal 12/12/2017, e sessão da Assembleia Municipal de dia 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para a Toponímia estabelece a transferência anual de 1.500 € para a aquisição e substituição de placas toponímicas existentes, bem como de outras que resultem de aprovações de novos topónimos, nos termos do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, como é expresso nos números 1 e 2 do artigo 4º do contrato.

O artigo 7º, nos seus números e 2, daquele contrato estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para a despesa prevista com a instalação de novos topónimos.

A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela, em 20/09/2017, de 18 topónimos para a zona de Vila Amélia/Cabanas implica que a Junta de Freguesia proceda à aquisição e colocação das placas com os respetivos topónimos de acordo com o Contrato Interadministrativo em vigor.

Em reunião de Executivos no âmbito da Semana de Quinta do Anjo ficou estabelecida uma colocação faseada das placas de acordo com a ocupação do loteamento, tendo a junta de freguesia apresentado um custo da operação com o valor constante do documento que se anexa e que faz parte da presente proposta.

Assim, e de acordo com os n.ºs. 1 e 2 do artigo 7.º do Contrato Interadministrativo em vigor, **propõe-se** a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, no valor de 3.519,00 € (três mil quinhentos e dezanove euros).»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

### **DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 5 – Contas Consolidadas 2017.**

##### **PROPOSTA N.º DADO 01\_14-18:**

«A Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no art.º 75.º, a obrigatoriedade de os Municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação definidos no POCAL, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade detida ou participada.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, **propõe-se**, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação do documento de contas consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2017, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.»

**Sobre a proposta de Contas Consolidadas 2017 numerada DADO 01\_14-18 intervêm:**

O **Sr. Presidente** adiciona as seguintes explicações:

. A proposta das Contas Consolidadas visa, na prática, dar cumprimento à lei que leva a que Entidades que tenham mais do que uma entidade, neste caso concreto, a Entidade Câmara Municipal é detentora de 100% do capital da Empresa Municipal da Palmela Desporto e depois de cada Entidade aprovar as suas contas nos órgãos próprios (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), faz a junção do Grupo Municipal, para se ter a leitura total de todos os indicadores, os passivos, os ativos e tudo isto tem de ser feito em conjunto.

Quanto ao conteúdo da proposta, os documentos consolidados respeitam a estrutura definida no POCAL, no caso da Palmela Desporto é utilizado um sistema contabilístico diferente, o SNC e quem faz este trabalho tem de fazer a análise e a reclassificação das demonstrações financeiras a evidenciar as operações intergrupo.

Dá nota sobre o ativo líquido total do balanço consolidado no valor de 126,1 milhões de euros, dos quais 113,9 milhões correspondem a ativos imobilizados, 90,3% do total do balanço. No imobilizado as rubricas com maior peso são as imobilizações corpóreas, 64,8% do ativo fixo, e os bens de domínio público com 32% do ativo fixo. O conjunto destas 2 rubricas representa cerca de 87,5% do total do ativo líquido. Na página 14 têm o balanço consolidado entre o imobilizado circulante, com as respetivas percentagens, no que diz respeito aos fundos próprios e passivo, fundos próprios 80,3%, passivo, 19,7%. Isto corresponde a 101,3 milhões de euros e a 24,8 milhões de euros, respetivamente.

O passivo do grupo municipal é constituído por empréstimos de médio e longo prazo que representam 43,9% do passivo e respeitam unicamente empréstimos do município; a Palmela Desporto não tem quaisquer empréstimos. Outras dívidas vencíveis a médio e longo prazo representam cerca de 4,4% do passivo e são referentes, nomeadamente, à dívida do FAM - Fundo de Apoio Municipal; 15,4% de dívidas a terceiros a curto prazo, discriminando da seguinte forma: dívida a fornecedores com conhecimento e em conferência 5,5% do passivo, com acordo de pagamento apenas no caso da autarquia à Simarsul, 3,7% e fica paga em outubro deste ano, do passivo e os encargos com o fundo de apoio municipal 0,8% do passivo e operações de tesouraria 4,7%; 31,5% de acréscimos e deferimentos dos quais 22,1%,



representa os proveitos diferidos de subsídios para investimento, e o remanescente de 9,4% que diz respeito a compromissos a pagar no ano de 2018, mas que são considerados custos do ano 2017 com os encargos com férias e subsídios de férias dos trabalhadores e há ainda 4,8% para a constituição de provisões para riscos e encargos.

Do conjunto de mapas realça que o total do ativo líquido do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2017, ascendia a 126,1%, tendo-se registado um decréscimo de 3,9% face ao valor verificado no ano transato, 130,1 milhões de euros.

O ativo circulante em relação ao período homólogo tem um decréscimo de 1,7%, 184 mil euros em resultado da diminuição das dívidas de terceiros a curto prazo e das dívidas de terceiros a longo prazo, menos 641 mil euros e menos 145 mil euros, respetivamente.

As disponibilidades existentes em caixa e depósitos cresceram 7,2%, ou seja, mais 495 mil euros. Depois, a demonstração consolidada tem percentagens de custos com pessoal, fornecimento e serviços, as amortizações e provisões do exercício. O gráfico dos proveitos e ganhos também não apresenta nada de novo, sendo normal nesta matéria.

Analisando a estrutura de custos, regista-se o aumento dos custos operacionais do exercício em 709.258 euros, cerca de mais 1,7%, este crescimento no essencial tem de ver com o crescimento dos fornecimentos e serviços externos. Houve mais aquisições e dos custos de pessoal e em que houve uma variação de mais 2,30%. As outras variações das restantes rubricas, anulam-se entre si.

O crescimento dos custos extraordinários em 617.833 euros é motivado por perdas em imobilizações decorrentes de regularizações do imobilizado da Câmara Municipal, à medida que os anos vão passando, as amortizações daquilo que está na contabilidade patrimonial vai desvalorizando.

Relativamente a notas ao balanço e demonstração de resultados, o município detém 100% na Palmela desporto, porque nas restantes Entidades são acionistas muito pequeninos, da Amarsul com 3,43%, na Simarsul 4,62% e na ADREPAL têm 49,12%.

Nas informações relativas ao endividamento de médio longo prazo do município, entre 2014 2017 e como podem confirmar, a evolução é muito positiva, com a redução substancial do capital em dívida, com amortizações de capital também muito significativas e, portanto, em 2017, apenas tinham capital em dívida no final do ano, isto referente a empréstimos, naturalmente, 10.902.799 euros.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que não vai repetir alguns argumentos que já foram usados aquando da aprovação das contas, quer da autarquia, quer sobre a Palmela Desporto, em que teve a oportunidade de explicar porque votava contra as contas e, portanto, tratando-se esta proposta das contas consolidadas, naturalmente que repetirá o voto. Regista, tal como já o tinha feito relativamente às contas do município, que o

revisor oficial de contas chamava com frequência a atenção, para a questão de não estarem a ser constituídas as provisões por causa das ações que eram interpostas contra o município, posição com a qual sempre concordou, aliás, finalmente começaram a fazer, por força de uma chamada de atenção que o próprio Tribunal de Contas fez e em boa hora, o fizeram, porque considera que é mais correto, em termos de clareza das contas. No entanto, continua aqui a incorreção que o revisor oficial de contas vai chamando a atenção, para o registo da aquisição do património da ADREPAL, que repetidamente vem chamando a atenção para esta situação. Está a falar de 334 mil euros, uma gota de água no oceano, mas não quer deixar de a frisar, e refere-se ao ponto 2. Portanto, continua a haver uma incorreção relativamente à constituição da provisão de 334 mil euros. Esta é a questão que quer aqui salientar e, naturalmente, repetirá voto que na ocasião teve oportunidade, que será votar contra.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que apesar desta proposta ser uma obrigação que decorre da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e que permite uma visão mais integrada do que é o universo da Câmara Municipal de Palmela. Da parte da Bancada do PS também ficam claras as razões por aquilo que este documento representa em relação ao sentido de voto nas contas, e como tal irão abster-se.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que ao analisar o documento, tem dúvidas porque considera que há aqui falhas de informação, e depois de ler o relatório do auditor, ficou com mais certezas, desta forma em relação à ADREPAL em que há muitas questões por esclarecer. Portanto vai abster-se.

O **Sr. Presidente** transmite à Sra. Vereadora Palmira Hortense que quando quiser esclarecimentos, ponha as questões, porque está sempre disponível para esclarecer.

Relativamente ao documento da certificação legal das contas consolidadas, efetivamente não inova em alguns aspetos que o revisor costuma colocar, de facto, é cada vez mais residual e há apenas duas questões que merecem uma explicação, mas são de todo perfeitamente normais. Sobre a reserva, sobre o balanço inicial, irá manter-se assim, com este revisor ou em qualquer outro revisor. Porque, naturalmente, quando todos os municípios são obrigados a começar a fazer o balanço inicial em 2002, quando entra em vigor o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, foi quando foi feito o registo de tudo. As dúvidas existentes, se foi tudo ou não, acontece em todas as autarquias, ou seja nenhum revisor vai dizer o contrário e nem sequer é uma dúvida, trata-se de uma constatação. Mas o que considera importante é que o revisor diz, quando atesta que foram tomadas as medidas que visaram o reconhecimento de todas as operações originadas nos últimos exercícios, portanto, isto sempre existiu e o que o revisor diz é que o município, a partir desse momento, quando foi obrigado a fazer isso tal como os outros municípios, tem feito tudo aquilo que é legalmente necessário fazer e está tudo registado.

Quanto à reserva e sobre a ausência de provisão em relação à ADREPAL, refere que há também uma mudança relativamente ao passado. Sempre tiveram em desacordo quanto ao local onde era feita a referência e mantêm, naturalmente essa posição. O revisor diz que deveria haver uma reserva, porque há aqui um capital em dívida que a DREPAL ainda tem, mas com os últimos 4 anos de resultados positivos, a ADREPAL com a sua capacidade de pagar a dívida, consideram que é perfeitamente normal e que não se justifica esta reserva. Portanto, têm um horizonte que é chegar a 2018 e 2019, fazer o ponto de situação desta empresa, até lá considera está tudo perfeitamente claro, na medida em que é um documento que está formatado, tem de ser feito desta forma e os números são os números e não pode haver outros.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/as Srs./as Vereadores/as António Braz, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Palmira Hortense, e o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

### **PONTO 6 – 2.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.**

#### **PROPOSTA N.º DADO 02\_14-18:**

«A 2.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 tem por objetivo o reforço de diversas ações, nos anos 2019 e 2020, de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais, acautelando aumento de preços em particular em empreitadas de obras públicas.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos no ano 2018 sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

O valor desta revisão é de 1.267,00 € (mil, duzentos e sessenta e sete euros), e representa 0,002% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se**, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

**Sobre a proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 numerada DADO 02\_14-18 intervém:**

O **Sr. Presidente** adiciona as seguintes explicações:

Esta revisão ao orçamento de 2018 e grandes opções do plano, tem por objetivo o reforço de diversas ações nos anos de 2019 e 2020, de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais acautelando o aumento de preços, em particular, nas empreitadas de obras públicas, ou seja, estão a lançar empreitadas que têm ficado sucessivamente desertas. Já teve oportunidade de falar e vai repetir da não adjudicação da Ribeira da Salgueirinha para voltarem a abrir outro concurso e do aumento dos preços na ordem de 20%, incluindo o aumento dos materiais na ordem dos 4,6% e dos combustíveis também.

Verifica-se nas obras públicas e é dito pelo próprio instituto que coordena os dados estatísticos deste setor de atividade, o registo de aumentos significativos das empreitadas, e porque já tiveram aqui algumas situações, entenderam rever os preços, já com os novos indicadores do INE e fazer o relançamento de algumas empreitadas. Significa que vão ter de reforçar, não este ano, porque, enfim, algumas são obras plurianuais, reforçam nos anos seguintes.

A revisão, no que diz respeito ao orçamento de 2018 é apenas de 1.267 euros, mas a revisão no que diz respeito aos anos seguintes, tem aqui valores mais elevados, pelo que entende dar aqui alguns exemplos, também por uma questão de transparência. Portanto, há um reforço das Comunicações para 2019 e 2020, porque estão a fazer novo concurso para o sistema de comunicações da Câmara, os telefones e uma central telefónica, uma vez que é uma necessidade e o último concurso já data de uns anos e este será para os próximos 3 anos e, como tal, têm de ter já as dotações preparadas nos anos seguintes para o valor base do concurso sob pena, depois, de não poderem adjudicar, se não houver a cabimentação.

No caso da ampliação da Escola Básica de Cabanas, e dado que rescindiram o contrato com a antiga empresa e vão relançar a empreitada para o que falta fazer, estima-se a necessidade de reforçar com mais 200 mil euros em 2019, não que a obra vá custar mais 200 mil euros, mas tem a ver com a transição de faturas que vão a passar de um ano para o outro.

Para a regularização da Ribeira da Salgueirinha, o valor mais significativo é um reforço de 500 mil euros e convém aqui referir, por um lado, pretende-se aumentar o preço base da empreitada em cerca de 400 mil euros. A questão da aquisição dos terrenos e das negociações também ultrapassou o previsto, com um desvio de algumas dezenas milhares de euros, mas justifica-se e nalguns casos até são terrenos que é preferível ficarem na posse do município dada a intenção, no futuro, fazer um parque verde urbano em torno da Ribeira já tratada. Depois, mais uns reforços de 14 mil euros e de 10.400 euros para questões de afinações de projeto de assistência técnica à obra. Portanto, é o reforço mais significativo e esperam que uma empreitada que procuraram lançar perto dos 2 milhões, agora vai ser perto dos 2 milhões e 400 e apresentarão a empreitada em reunião de Câmara brevemente.

Na realização dos espaços exteriores e logradouros das traseiras da Rua 25 de Abril e Rua Infante Dom Henrique, também há um reforço de 150 mil euros, para precaver o aumento de

custos de mercado e a passagem de autos que vão cair em 2019, mas irão certamente haver faturas que vão cair em 2019 e, portanto, é necessário reforçar para esse ano.

Sobre o largo José Maria dos Santos prevê-se também um aumento de preços relativamente à estimativa inicial, aliás essa estimativa nem resulta da revisão do caderno de encargos ou do concurso. Estimaram a obra num valor e agora que têm o projeto, é que estão a ver que alguns aspetos continuam a custar algum dinheiro e, portanto, têm de prever mais 100 mil euros.

Para a Praceta João Coelho Possante em Pinhal Novo, também por uma questão de precaução, reforçam com mais 100 mil euros para 2019.

Nas encostas do Castelo de Palmela, estão à espera do visto do Tribunal de Contas e reforçam 500 mil euros em 2019, a obra já está adjudicada, mas é para a reprogramação financeira para 2019, no âmbito da reprogramação em que estão a trabalhar no PO-SEUR, no fundo que também financia a obra e na requalificação do antigo polidesportivo do Poceirão um reforço de 200 mil euros para 2019, ou seja, as faturas irão cair e terão que estar previstos para 2019.

Portanto são estas as explicações que entende dar em detalhe para que se percebesse o objetivo desta 2ª revisão, para que não venham a ocorrer mais concursos desertos e atrasos no lançamento das empreitadas.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO**

### **DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS**

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 7 – Empreitada para a “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo” – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar.**

#### **PROPOSTA N.º DAGOT\_DEPOP 01\_14-18:**

«Em reunião de Câmara, realizada em 04/04/2018, foi aprovado o procedimento por consulta prévia para a empreitada de “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo”.

Decorrido o prazo para o efeito, verificou-se que nenhum candidato apresentou propostas, tendo assim o concurso ficado deserto.

Deste modo, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, na versão aplicável ao presente procedimento, existe causa de não adjudicação.

Assim, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 23º e alínea f) do n.º 1 do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do

n.º 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos na redação em vigor à data de lançamento do concurso, **propõe-se** a revogação da decisão de contratar, bem como o estorno da verba cabimentada para o efeito.»

**Sobre a proposta de Empreitada para a "Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo" numerada DAGOT\_DEPOP 01\_14-18 intervém:**

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes e refere que o Sr. Presidente já explicou a razão pela qual esta proposta não ter avançado, ou seja tem de ver com os valores que eram propostos e que os candidatos não quiseram entrar nos concursos, por causa dos valores abaixo do preço de mercado, no entanto, isto é um processo que a ser reavaliado, terão que esperar mais 5 ou 6 meses até que, eventualmente, a obra possa avançar ou há um espaço temporal em que a obra tenha mesmo que avançar.

O **Sr. Presidente** esclarece que vão abrir novo procedimento e tratando-se de um concurso desta vez não por prévia qualificação, vão fazer público, portanto, é sempre um concurso que demorará 4 meses, e se tudo correr bem com visto do Tribunal de Contas, contar com 6 meses para entrar em obra.

Refere que por uma questão de precisão de linguagem, os preços não eram abaixo do preço mercado, eram à época os preços do mercado, contudo e como também já o referiu numa das últimas reuniões de câmara, com dados que haviam sido publicados há pouco tempo pelo próprio Instituto do Mercado Público e Imobiliário da Construção é que, de facto, os preços desde o final de 2016 para cá aumentaram substancialmente. Os preços aplicados foram também os preços aplicados numa empreitada que ocorreu num município vizinho, em que foram adjudicados os mesmos preços de referência e pelo mesmo tipo de obra. Portanto, houve apenas uma diferença de meses e as empresas que se apresentaram a concurso, sabiam qual era o valor para se qualificarem e depois de estarem pré-qualificadas disseram que o valor era curto. Nos últimos 4 a 5 meses, os preços não pararam de aumentar e estão a fazer o que a lei obriga e que é das empreitadas já concluídas de 2016 para cá, fazer a revisão de preços. Portanto, registou-se uma média de 4,2% de aumento de empreitadas de anos anteriores, ou seja a ter de fazer os acertos agora. Na última revisão também fizeram o ajuste de algumas rubricas para estes pagamentos. Espera, que com esta revisão que fizeram de preços, que surjam empresas, porque os preços foram efetivamente atualizados e acredita que haverá um conjunto de empresas na expectativa de concorrerem.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

**PONTO 8 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela, a Cáritas Diocesana de Setúbal, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, o Agrupamento de Escolas José Saramago e a Associação “Just a Change”.**

**PROPOSTA N.º DEIS 01\_14-18:**

«A Cáritas Diocesana de Setúbal é uma entidade de utilidade pública que através do Centro Comunitário S. Pedro, constituído a 11 de maio de 2005, promove o combate às situações de pobreza e de exclusão social, na União de Freguesias de Poceirão e Marateca, e detém um papel essencial no desenvolvimento social deste território, assegurando um conjunto de importantes respostas sociais direcionadas para as famílias, sobretudo aquelas em situação de fragilidade social.

A diversificação e inovação da sua atuação é uma prática regular desta IPSS que privilegia uma atuação estratégica e regular com as crianças, jovens e suas famílias como são exemplo os projetos e iniciativas de ocupação de tempos livres, entre eles, as colónias de férias, os projetos de educação para a saúde, as iniciativas que visam o envolvimento de pais e educadores no percurso escolar dos seus educandos, o atendimento e acompanhamento a famílias de Ação Social da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, a qualificação e formação profissional de adultos, entre outras iniciativas e projetos.

É a partir da antiga escola de Cajados cedida no ano de 2015, mediante protocolo celebrado entre a Autarquia e esta IPSS, para sede deste Centro, e através de Acordo de Cooperação da Segurança Social para 220 utentes, que o Centro Comunitário desenvolve toda a sua intervenção, alicerçada em estratégias colaborativas com a comunidade, com as parcerias locais e outras entidades que se associam às causas e aos projetos desenvolvidos por esta IPSS.

Neste domínio, há que referir o projeto “A Vida de um Vinho” que o Centro Comunitário desenvolve desde 2008 em estreita parceria com a Casa Ermelinda Freitas. Partindo da criteriosa seleção das melhores uvas, a Casa Ermelinda Freitas colocou no mercado um vinho único e exclusivo cuja receita reverte para a realização de obras de recuperação de habitações degradadas de famílias acompanhadas por esta IPSS.

No presente ano, associou-se à Cáritas Diocesana e especificamente a este projeto, a Associação “Just a Change”, associação privada sem fins lucrativos que visa a promoção da habitação condigna e a inclusão social e comunitária de famílias carenciadas. É uma associação sediada em Lisboa, promovida por jovens, que mobiliza outros jovens para “campos de verão” e outras iniciativas que permitem a intervenção em habitações degradadas.

No próximo mês de agosto, entre os dias 8 e 18, e após a identificação dos agregados que irão beneficiar deste projeto, a Cáritas Diocesana de Setúbal e a Associação “Just a Change” irão promover um “campo de verão” com cerca de 40 voluntários, intervindo em cinco habitações.

Para levar a efeito este projeto, foram contactados diversos parceiros, entre eles a União de Freguesias de Poceirão e Marateca e o Agrupamento de Escolas José Saramago que irão, mediante as suas competências e áreas de intervenção, apoiar a iniciativa. Outras entidades foram igualmente contactadas, numa estratégia de mobilização de recursos que procura garantir para toda a equipa de voluntários meios e condições para que toda a intervenção decorra de uma forma profícua, segura e planeada.

Pelo exposto e considerando que:

- a Autarquia, há longa data, reconhece nesta IPSS um parceiro fundamental na prossecução de uma intervenção comunitária qualificada que minimiza situações e fatores de risco e que se consubstancia como um parceiro chave naquele território;
- o Centro Comunitário S. Pedro preconiza um trabalho de articulação e coresponsabilização com diferentes parceiros sociais locais, integrando estruturas de parceria como o Conselho Local de Ação Social Palmela (CLASP), a Comissão Social da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, o Rendimento Social de Inserção do Núcleo Local de Inserção Social, sendo amplamente reconhecido pelos seus pares e pela comunidade;
- a parceria estabelecida com a Associação “Just a Change” é, seguramente, uma oportunidade para alargar e aprofundar o trabalho já realizado no âmbito do projeto “A Vida de um Vinho” e que irá permitir a melhoria significativa das condições habitacionais destas famílias;
- se trata de um projeto e de uma intervenção exemplar do ponto de vista da promoção da cidadania, da entreaajuda e da colaboração, mobilizadora da comunidade envolvente,

**propõe-se**, de acordo com a alínea o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo de Cooperação com a Cáritas Diocesana de Setúbal, a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, o Agrupamento de Escolas José Saramago e a Associação “Just a Change”, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 9 – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela, a Associação Académica Pinhalnovense e o Quintajense Futebol Clube no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo.**



**PROPOSTA N.º DCDJ 01\_14-18:**

«Considerando que:

1. De acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que menciona caber ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
2. A intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento social, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
3. É objetivo da intervenção municipal promover o Desporto através dos programas de desenvolvimento desportivo com o intuito de fomentar a formação dos praticantes desportivos, rentabilizar a utilização de equipamentos e infraestruturas desportivas, bem como apoiar iniciativas que visem o desenvolvimento comunitário;
4. A Associação Académica Pinhalnovense e o Quintajense Futebol Clube são signatários do Programa de Desenvolvimento do Atletismo e parceiros do município na organização de eventos desportivos, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto;
5. Desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Atletismo, que a autarquia tem apoiado a organização de eventos desportivos, a utilização de equipamentos desportivos, a atividade regular – treino e competição, bem como o apoio logístico nas vertentes do corta-mato, estrada e pista;
6. A autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou em 2014 o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;
7. A Associação Académica Pinhalnovense e o Quintajense Futebol Clube cumpriram os pressupostos e as obrigações definidas nos contratos programa anteriormente estabelecidos com a Câmara Municipal de Palmela, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo;
8. A Associação Académica Pinhalnovense e o Quintajense Futebol Clube solicitaram à autarquia apoio financeiro, consubstanciado na apresentação do Programa de Desenvolvimento Desportivo da Seção de Atletismo.

**Propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da alínea o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do

Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação dos contrato-programa entre o Município de Palmela, a Associação Académica Pinhalnovense e o Quintajense Futebol Clube, em anexo, os quais fazem parte da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da época desportiva 2017/2018 da Seção de Atletismo.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 10 – Palmela Desporto, E.M. – Alterações às Tabelas de Preços para a época desportiva 2018/2019.**

**PROPOSTA N.º DCDJ 02\_14-18:**

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda. de 17 de maio último, foi aprovada a proposta n.º 255, relativa à alteração das Tabelas de Preços, dos quatro equipamentos desportivos municipais geridos pela empresa municipal, para a época desportiva 2018/2019.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja de aprovação dos documentos apresentados.»

**Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Alterações às Tabelas de Preços para a época desportiva 2018/2019 numerada DCDJ 02\_14-18 intervêm:**

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que trata-se de uma proposta em que a bancada do PS, por uma questão de coerência, e acompanhando o sentido de voto que têm tido nas últimas propostas acerca da Palmela Desporto, apetece, na realidade, votar contra.

Contudo e partindo daquele pressuposto “esperar para ver”, esperar algum sinal deste modelo de gestão em relação a outros graus de sustentabilidade e também como é óbvio, havendo uma nova administração que neste 1º ano, está incluído neste compasso de espera para ver que mudanças e resultados trazem essas mesmas mudanças.

Refere que esta tabela leva automaticamente a uma conclusão e daí a vontade de votar contra, mas não fazia sentido absterem-se num plano para desenvolver e depois votar contra a tabela

dos preços que na realidade nem aumentaram, pelo menos os das classes principais não aumentaram o que quer dizer que não incorporando a inflação, diminuiriam ligeiramente. Mas ao fazer uma auscultação muito direta em Câmaras como Barreiro, Setúbal, as piscinas de Azeitão e de Sesimbra, verificam-se aqui diferenciais de preços que são para cima do dobro. Linearmente são acima do dobro e não são de questões de serviço, são por uma questão de modelo, umas são por administração direta e Palmela tem uma empresa municipal. Se fizerem este comparativo e se não andarem à procura daquela atividade que é mais barata, porque há uma ou outra que é mais barata, certamente por aspetos que não estão relacionados com um modelo de gestão que traduza estes custos de forma mais barata, mas pelo valor de mercado daquela determinada atividade ser mais barata por alguma razão, é pontual. No que diz respeito às classes de natação, à hidroginástica, ao grosso das utilizações, quase todos os municípios vizinhos têm preços mais baixos e para isto não há nenhuma justificação, porque o serviço que prestam são na essência a base deste serviço de maior frequência, ou seja, é igual em todo o lado. E como tal, vão abster-se por causa da relação que isto tem com o plano, com a posição do PS, em relação à discussão do modelo atempada e porque a promoção do desporto e o acesso ao desporto faz-se primeiro pelo preço. Para já dão esta benesse, como têm dado até agora, mas não irão dar até ao final do mandato, se as coisas não se alteraram.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que depois da análise dos preços face à concorrência e os preços estão equiparados face à concorrência, pelo que por aí não tem nada contra, apesar e por ser uma empresa municipal considera que deveria praticar preços mais reduzidos. Portanto não se opõe a este aumento, porque não considera significativo, porém considera que deveriam incentivar e no caso dos treinos no pavilhão, nas horas de utilização, para promover uma maior participação dos jovens, se calhar, se reduzissem aí alguns preços praticados. Neste caso no aluguer do pavilhão, os preços poderiam ser mais baixos, para que houvesse mais jovens a participar nestas modalidades desportivas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que sobre esta proposta vai abster-se, porque considera que não é filosofia da constituição e da própria atuação de Palmela Desporto e que foi discutida aquando da aprovação do orçamento e na altura teve a oportunidade e tal como nas contas, de votar contra. Agora, existindo a empresa, deve ter efetivamente instrumentos de gestão e entre os quais a atualização das taxas e, portanto, irá abster-se nesta proposta. É uma abstenção tranquila e não uma abstenção violenta porque já percebeu que custa ao senhor vereador, mas ele vai anunciando sempre a propósito da Palmela Desporto, que um dia há-de ser. É um pouco como a história do Pedro e do Lobo, cá estarão e espera, até porque o Sr. Vereador Pedro Taleço é que vai anunciando que irá abster-se, mas tinha vontade de votar contra. Votará tranquilamente, com a sua abstenção, sabendo que, na altura própria votará contra porque, quando tiver vontade de votar, vota de acordo com a consciência e com vontade que tem.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que existem 3 premissas fundamentais na gestão da empresa da empresa. Em 1º lugar a sua sustentabilidade, depois a qualidade do serviço,

qualidade que querem e que sabem que é reconhecida pelos seus utentes e depois a diversificação da oferta e isso tem acontecido com mais modalidades que têm vindo a ser introduzidas pela Palmela Desporto. Há claramente uma nova dinâmica na empresa, aliás, bastava passar pela Praça da Independência, no último fim de semana, para repararem naquilo que foi o sucesso da Festa do Desporto e da Saúde que movimentou várias dezenas de coletividades do concelho, numa amostra daquilo que são as atividades que realizam durante o ano.

Também, no seguimento daquilo que foi dito pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, há naturalmente preços mais altos na Palmela Desporto, como há preços mais altos em outros equipamentos que referiu, que não têm as mesmas modalidades que a Palmela Desporto. Têm a natação e pouco mais, e também porque não é por acaso que nos equipamentos da Palmela Desporto têm 250 utentes do Montijo e 150 da Moita, citando apenas dois exemplos.

Portanto, há aqui um caminho que tem vindo a ser prosseguido com resultados positivos e acredita, que independentemente do modelo, o que conta são os resultados e os resultados são claros e inequívocos e acredita que serão melhores no futuro.

O **Sr. Presidente** refere que a proposta apresenta pequenas atualizações, porque não faz sentido os seguros aumentarem e a empresa não tem de internalizar os custos, tem de refletir isto na inscrição e no valor do seguro. Alterou-se modalidades e ofertas que havia e que não estão a ser utilizadas, ou seja, não estão a ter procura. Há aqui ligeiras atualizações e ninguém falou em percentagens, são coisas ínfimas como o senhor vereador reconheceu, abaixo do valor da inflação.

Considera que não tem que assumir que uma empresa municipal ou algo por ser público, tem de ter um preço mais barato do que as outras empresas. O preço tem uma relação custo benefício, tem uma fundamentação e, de facto, quem tem melhores equipamentos, quem dá melhores respostas, tem de ter o preço equivalente, depois deixem o mercado funcionar e, como já aqui foi dito pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha, quando se compara com piscinas de concelhos vizinhos, há aqui um fenómeno interessante, agora depois do período das inscrições que está a decorrer, irão ver depois, quantos residentes de outros concelhos procuram e façam-lhes um inquérito de opinião, para que eles digam porque é que efetivamente frequentam as piscinas de Pinhal Novo e as piscinas de Palmela comparativamente com outras. Se calhar o PS vai concessionar como vai possivelmente, fazer no Barreiro.

Os resultados são positivos, cada vez mais gente faz protocolos com a Palmela Desporto e é essa a promoção do desporto e da Saúde.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

- **Próxima reunião de câmara** – O **Sr. Presidente** refere que a próxima reunião de Câmara será no dia 04 de julho de 2018.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das zero horas e vinte e nove minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezoito, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*